

Eletropaulo: *desastre anunciado*

Je
Jornal do
Engenheiro

Prestes a ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia, distribuidora de energia cortou investimentos e pessoal, o que afetou a qualidade do serviço. Alerta vem sendo feito há anos por representantes do SEESP que atuam na Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

Página 5

Um dos apagões que aconteceram na cidade de São Paulo nos últimos tempos.





O direito de participar e o compromisso com a democracia

EM EVENTO REALIZADO PELA CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), em Vitória/ES, no dia 12 de agosto (*leia matéria na página 6*), mereceu justas homenagens a chamada Constituição Cidadã de 1988. Consagradora de direitos individuais e sociais, a Carta Magna é fruto da participação popular efetiva e da vocação democrática dos brasileiros. Mais de 20 anos e seis eleições presidenciais depois, é cada vez mais caro ao povo o direito de escolher os caminhos que deseja percorrer e qual projeto de cidade, estado ou país deseja.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Tais anseio, direito e engajamento devem estar presentes também no conjunto das instituições civis, base essencial de uma sociedade consciente e organizada. Os engenheiros e demais profissionais do setor tecnológico têm nesse ano um compromisso nesse sentido. Estão marcadas para 8 de novembro próximo as eleições do Sistema Confea/Creas/Mútua. Realizado em todo o País, o pleito elegerá os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e dos regionais, além dos diretores da Mútua – Caixa

de Assistência dos Profissionais. Autarquia federal, tal sistema é a proteção da sociedade contra o exercício ilegal dessas atividades, que são regulamentadas por leis próprias e cujo correto desempenho exige formação técnica específica. Para atuar, conta com arrecadação compulsória. Mais próximo do dia a dia dos profissionais, ou ao menos deveria ser assim, está o Crea, responsável direto pela fiscalização e pelo atendimento aos engenheiros, arquitetos, tecnólogos, geólogos etc. que, por exemplo, buscam certidões ou recolhem ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Embora tenha função precípua de salvaguardar a população, a fiscalização é também de interesse desses técnicos, pois têm frequentemente o seu mercado de trabalho invadido por leigos. Ou seja, o Sistema Confea/Creas tem função fundamental para a sociedade e para os profissionais. Esses, responsáveis pela sua sustentação, são também os que escolhem os seus dirigentes, a cada três anos. Lamentavelmente, essas eleições têm sido marcadas por baixa participação, que tem sido inferior aos 10% dos aptos a votar. No entanto, é sempre tempo de buscar transformações necessárias, e uma nova oportunidade se avizinha. Os eleitores devem se inteirar desse proces-

É essencial que os profissionais votem nas eleições do Sistema Confea/Creas, marcadas para 8 de novembro próximo.

so, entrar no debate e, acima de tudo, votar, o que é direito, mas também dever daqueles que estão comprometidos com a construção de uma nação melhor, em qualquer instância da organização social. É tempo de cada um refletir sobre o que anseia para a sua organização profissional e expressar-se por meio das urnas.

Eletropaulo - Ainda sem apresentar solução para a baixa qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, a AES Eletropaulo será alvo de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) a ser instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo. Fazendo advertências há vários anos sobre a necessidade de investir e garantir quadros técnicos suficientes ao trabalho, o SEESP participará do processo de averiguação proposto pelos parlamentares paulistas (*leia matéria na página 5*).



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de agosto de 2011. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



UM DIA PARA A HISTÓRIA

João Guilherme Vargas Netto

QUEM NÃO PARTICIPOU perdeu um espetáculo cívico cuja grandiosidade foi subestimada e distorcida pelos meios de comunicação. Os jornalões pouco imprimiram (em todos eles, somadas, as matérias mal ocuparam meia página), a televisão silenciou-se ou agrediu furiosamente e as rádios exacerbaram, ao vivo, os incômodos causados aos paulistanos pela manifestação.

A jornada nacional de lutas do dia 3 de agosto em São Paulo fez parte da agenda unitária da classe trabalhadora que, a partir da Conclat (*sua conferência nacional*) do Pacaembu em 1º de junho do ano passado, organiza a vontade coletiva dos movimentos sindical e sociais com exigência de mudanças na política econômica (diminuição dos juros, combate à desindustrialização, fortalecimento do mercado interno), redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem corte de salários, eliminação do fator previdenciário, regulamentação da terceirização com garantia de direitos, ratificação e regulamentação das convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) 158 (dispensa imotivada), 151 (direito de negociação para os funcionários públicos) e 189 (emprego doméstico), reformas agrária e urbana, destinação de 10% do

PIB (Produto Interno Bruto) para educação e 50% do fundo social do pré-sal para o mesmo setor, combate a todas as formas de discriminação, soberania nacional e autodeterminação dos povos.

Os 100 mil participantes concentraram-se, desde a madrugada, em frente ao Estádio do Pacaembu e, por volta das dez horas da manhã, depois de cantarem emocionadamente o hino nacional, marcharam até a Avenida Paulista e desceram até a Assembleia Legislativa, onde o ato encerrou-se por volta das 14h. Foi uma manifestação ruidosa, colorida, organizada e ordeira – nenhum incidente foi registrado. Quem sabe o que quer, sabe como querer.

A “mão invisível” da unidade de ação guiava a vontade consciente da multidão com suas faixas, balões, cartazes, camisetas, bonés e refrões. As cinco centrais sindicais organizadoras (CGTB, CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT) e os movimentos sociais (UNE, MST, Ubes, Conam e outros) conseguiram, com grande habilidade, garantir o encaminhamento unitário e a organização imponente da manifestação: a vanguarda já descia em direção à Assembleia e os últimos dos 1.500 ônibus ainda despejavam gente na Avenida Dr. Arnaldo.

Embora a grande mídia, com seu deserviço à sociedade e à democracia, tenha tentado ocultar a passeata, o próprio movimento encarregou-se de divulgá-la e suas repercussões fortes já foram sentidas no dia seguinte no Congresso Nacional e quando as direções sindicais reunidas com a presidenta Dilma ouviram dela o elogio à força e à mobilização dos trabalhadores.

João Guilherme Vargas Netto é analista político e consultor sindical do SEESP



Beatriz Arruda

Ato unitário reúne 100 mil participantes na Capital paulista.



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 9173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

ABAIXO A DITADURA!

MARAGONHASSANCE

EM UMA ILHA SUBMETIDA A UM REGIME QUE SE PERPETUA HÁ QUASE MIL ANOS NO PODER, CIVIS SE LEVANTAM CONTRA PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE VIDA.



SÃO CRUELMENTE REPRIMIDOS. HÁ MORTOS, DEZENAS DE FERIDOS E PRISÕES EM MASSA.



GOVERNO AMEAÇA TOMAR ATITUDE DITATORIAL: CENSURAR A INTERNET.



O ARGUMENTO É QUE O USO DA REDE ATENTA CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL.



MONARQUIA INSENSÍVEL PROMETE ENDURECER CONTRA POPULAÇÃO POBRE.



JÁ É HORA DA ONU INTERVIR, DECLARAR UMA ZONA DE EXCLUSÃO AÉREA E DECRETAR BLOQUEIO COMERCIAL PARA PROTEGER OS REBELDES.



AFINAL, A INGLATERRA NÃO PODE TER TRATAMENTO DIFERENCIADO...





Por uma banda larga de qualidade e para todos

Soraya Misleh

RECONHECER A INTERNET como serviço público, incorporar o tema da banda larga ao debate sobre o marco regulatório para o setor de telecomunicações, reabrir o diálogo com as organizações da sociedade civil e retomar o investimento na Telebrás. Essas são algumas das reivindicações ao governo federal, apontadas em manifesto aprovado durante ato realizado pela CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) no dia 15 de agosto, no auditório do SEESP, na Capital paulista.

O sindicato esteve representado na oportunidade pelos seus diretores Allen Habert e Maria Célia Ribeiro Sapucahy.

O objetivo é fazer frente ao recente retrocesso no PNBL (Plano Nacional de Banda Larga). Lançado em 2010, este sofreu mudança de rota importante, mediante negociação entre o Ministério das Comunicações e as empresas de telecomunicações no final de junho último. Conforme divulgado no *site* da campanha “Banda larga é um direito seu!”, que reúne dezenas de entidades representativas, “sem controle de tarifas, continuidade ou metas de universalização para o acesso à internet, o acordo fechado vai na contramão da democratização dos serviços”. Conforme

explicitou João Brant, do Intervozes, os termos de compromisso firmados preveem que até 2014 seja assegurada banda larga de 1 Mbps a R\$ 35,00 em todos os municípios do País. No *site* da campanha, o vaticínio: “São completamente insuficientes para os usuários, que continuarão pagando caro pelo uso de uma internet lenta e concentrada nas faixas de maior poder aquisitivo.” Brant fez uma analogia que elucida isso: “Enquanto nos Estados Unidos está em discussão 100 Mbytes para 75% da população, nós estamos falando em um.” Ademais, de acordo com ele, na prática, embora haja alguma tentativa de massificação, não há quaisquer garantias de oferta ampla do serviço – que pode ficar restrito às áreas mais rentáveis dos municípios. Muito menos de que seja prestado com qualidade.

Segundo explanou Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), além da velocidade limitada, esse é um dos cinco grandes pontos do PNBL em que há divergência. Para reverter esse quadro, os movimentos pleiteiam ainda que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) aprove regulamentos de qualidade e metas de competição efetivos. Os demais aspectos em que há discordância são o fato de que, apesar de não ser explícito, o acordo abre brecha à venda casada com a telefonia fixa; não contempla internet na área rural; e, em caso de não cumprimento de metas, as multas às teles serão revertidas para investimento nas próprias empresas. Brant complementou: “A lógica da internet como um direito público cai fora.”

Por tudo isso, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), membro da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão, classi-

ficou o acordo com as teles de “intolerável”. E ironizou: “A capacidade é tão restritiva que não deveria ser considerada banda larga, mas internet discada um pouquinho melhor.” Na mesma linha, o presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Altamiro Borges, salientou: “No processo de negociação no varejo, em que predominou a força econômica das teles, cujo faturamento anual é de R\$ 160 bilhões, o plano expande e massifica uma carroça e gera segregação. Temos que pressionar nas ruas por mudanças.”

Agenda de luta

Coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão, a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) destacou durante o ato que é fundamental haver mobilização para se preservar as conquistas obtidas com a realização da 1ª Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), em dezembro de 2009. Graças à pressão das entidades representativas da sociedade civil é que se conseguiu, nas palavras de Brant, “após anos de inação do governo nessa área”, que se emplacasse o PNBL. Agora, a luta é para que seu necessário caráter estratégico ao desenvolvimento do País e à inclusão social seja garantido.

Nesse sentido, uma série de ações foi estabelecida durante o ato no SEESP. Entre elas, pedido de audiência com a presidente da República, Dilma Rousseff, e articulação de vários atos públicos, incluindo um no Congresso Nacional. A primeira ficou programada para ocorrer em Brasília, em 25 de agosto, dia em que também se definiu um twitaço (divulgação ampla da campanha pela banda larga pela rede social Twitter).



Beatriz Arruda

Brant, Borges, Bertotti, Erundina e Valente: mobilização contra retrocesso no plano.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidasruzes@seesp.org.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seesp.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesp@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seesp@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesp@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesp@taubate@viva.com.br.

Eletropaulo: ALTOS LUCROS, BAIXO INVESTIMENTO E SERVIÇO RUIM

Lucélia Barbosa

A QUALIDADE da distribuição de energia feita pela AES Eletropaulo, que atende a Região Metropolitana de São Paulo, tem sido alvo de queixas frequentes dos consumidores e críticas de representantes da sociedade civil e do poder público. Os principais motivos são as constantes interrupções do serviço, além da falta de informação aos usuários e a lentidão nos reparos da rede. Somente em 2011, foram quatro grandes apagões, nos dias 7 e 21 de fevereiro, 7 de junho e 28 de julho.

Embora tenha ganhado destaque mais recentemente a ausência de investimentos pela AES Eletropaulo, o problema é antigo e há tempos tem merecido alertas do SEESP. Há quatro anos representando os trabalhadores no Conselho de Orientação da Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), o sindicato vem também apontando a importância da manutenção preventiva e solicitando ações efetivas para melhorar a qualidade do fornecimento. “Reivindicamos constantemente fiscalização por parte da Arsesp, que até então não cumpriu o seu papel. Temos cobrado ações para evitar acidentes envolvendo os empregados e a população e lutado contra o excesso de horas extras devido à redução do quadro de funcionários da concessionária paulista. Isso nos fez também solicitar providências ao Ministério do Trabalho e Emprego”, relata José Manoel Teixeira, diretor do SEESP.

Conforme ele, a entidade impetrou ainda uma ação na Justiça contra um concurso público da agência estadual, de 2009, que previa o aumento do quadro de fiscais sem exigir a formação técnica específica.

“Não somos contra a ampliação, pelo contrário, essa é uma ação fundamental. No entanto, exigimos profissionais habilitados”, afirma Teixeira.

Devido a essa atuação, o SEESP foi convidado a depor contra as irregularidades praticadas pela AES Eletropaulo na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que será instalada ainda neste semestre na Assembleia Legislativa de São Paulo. Iniciativa da deputada estadual Vanessa Damo (PMDB), a comissão será composta de nove membros e terá prazo de 120 dias para a conclusão. “A criação de uma CPI será um importante instrumento para garantir que existam punições severas previstas contratualmente quando não houver fornecimento de energia e, mais do que isso, para que a concessionária melhore a prestação dos serviços públicos”, informa a parlamentar.

Puxão de orelha

Antes mesmo da instalação dos trabalhos que devem trazer à tona os problemas da Eletropaulo, a Assembleia foi palco de uma sessão de críticas à empresa, durante audiência pública da Comissão de Infraestrutura, em 3 de agosto último. Pre-

Atuando na Agência Reguladora do Estado, técnicos do SEESP têm alertado para o problema há anos.

sente à discussão, o secretário estadual de Energia, José Aníbal, afirmou que os problemas foram gerados pela falta de investimento na manutenção, expansão e modernização da rede, descartando as alegações da companhia, que responsabiliza chuvas e ventos intensos pela derrubada de galhos de árvores sobre a fiação e sobrecarga nos transformadores.



Com interrupções frequentes na distribuição de energia, empresa terá que se explicar em CPI no Legislativo.

Aníbal questionou o fato de o lucro da empresa ter saltado de R\$ 373 milhões em 2006 para R\$ 1,3 bilhão em 2010. “Nada contra, mas isso não pode ocorrer quando observamos claramente a deterioração da qualidade do serviço. Constatamos redução de equipes e de instâncias de gestão e, ao mesmo tempo, distribuição excessiva de dividendos aos acionistas que, em 2010, passaram de R\$ 1,5 bilhão”, criticou. Em julho, a Eletropaulo anunciou investimentos adicionais de R\$ 120 milhões, a contratação de 580 eletricitistas e a ampliação do serviço de comunicação com os clientes, medidas consideradas insatisfatórias. “Estão investindo, mas não o suficiente”, avaliou Aníbal.

Para o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, “equivocada na origem, já que um serviço público essencial deveria estar a cargo do Estado”, a privatização do setor energético teve inúmeros vícios, entre os quais “a falta de regras claras e obrigações, com punições previstas às concessionárias”. Outro problema, afirma, é a ineficiência das agências reguladoras. “Tiram proveito dessa situação as companhias privadas que entraram nesse jogo em busca de lucro e sem compromisso com a população e o Estado”, avalia.



CNTU FOCA VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

Rita Casaro

ACONTECEU EM 12 DE AGOSTO, na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória/ES, o segundo encontro da série programada pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) para 2011, que culminará com um evento nacional no dia 18 de novembro próximo, em São Paulo.

Sob o tema “Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria”, a atividade na capital capixaba reuniu profissionais de todo o Brasil e colocou foco na necessidade de resgatar o papel do Estado previsto na Constituição de 1988.

Com esse mote, o presidente da Fundação Escola de Governo de Santa Catarina, Rubens Araújo de Oliveira, assinalou os níveis nos quais seriam necessárias mudanças na administração do Estado brasileiro: institucional-legal, para remoção dos obstáculos de natureza constitucional e de outros ordenamentos; cultural, para substituir o excesso de burocracia por uma nova dinâmica gerencial; de gestão, para implementação de instrumentos mais adequados à atualidade; e de governança, para promover a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas. Ainda segundo sua explanação, tais arranjos teriam como objetivos, entre outros, “reforçar o conceito de cidadania, focar na universalidade e igualdade, incrementar a qualidade e quantidade de serviços e dar ênfase ao controle social”.

Araújo criticou também as reformas implementadas na década de 90 na esteira da onda

neoliberal, que se pautaram pela redução de custos. “O pano de fundo foi substituir o Estado produtor pelo regulador, mas ele deve ser ainda o grande promotor da igualdade”, afirmou. Para ele, dar fim às injustiças que mantêm parcela da população em condições de vida inaceitáveis é função do setor público e não pode ser deixada ao mercado, “que não atenderá essas pessoas”.

Serviço público

O grande desafio de assistir a população com serviços públicos de qualidade foi tema da palestra da economista Ceci Juruá, que propugnou pelo fortalecimento do papel do Estado. “Há diferenças quando o serviço é prestado por esse ou pela iniciativa privada, a noção do que é justo não é a mesma.” Portanto, defendeu ela, é preciso “extirpar a lógica mercantil do serviço público e limitar a taxa de lucros”.

Além de acusar a exorbitância de ganhos das empresas, Juruá desmontou o que considera a falácia da excessiva carga tributária nacional, necessária ao financiamento dos serviços públicos. “A líquida é de 15% do PIB (*produto interno bruto*), muito baixa em vista do que se exige do Estado”, afirmou. “A bruta é de 36%, mas o nosso PIB *per capita* é muito baixo, só somos o décimo do mundo porque a população é grande”, ponderou.

A economista concluiu: “O povo espera justiça, vida digna e trabalho.” Para ela, a possibilidade de atingir tal meta está na manutenção do espírito da Constituição de 1988, “elaborada a cada linha pelos movimentos sociais” e de espaços democráticos importantes, como os processos de conferências nacionais.

Aposentadoria

O caráter cidadão do sistema de direitos instituído pela Carta Magna foi o mote de Jorge Abrahão de Castro, diretor de estudos e políticas sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para falar sobre a previdência social. “É uma estrutura de proteção invejável a outros países, construída pela sociedade brasileira, que resistiu ao desmonte do Estado”, ressaltou. Segundo ele,

um exemplo fundamental é a garantia de renda ao trabalhador do campo, independentemente da contribuição. “A sociedade sancionou 8 milhões de aposentadorias rurais; essa previdência é o grande programa de cidadania para esse conjunto da população”, elogiou. “O Brasil é um país altamente desigual, mas esses sistemas caminham no sentido de quebrar essas desigualdades. Fato preponderante para a queda da pobreza é o Regime Geral da Previdência Social, que, se extinto, ampliaria a pobreza extrema em 20 milhões de pessoas”, completou.

Dispondo de um regime “com déficit em queda e sem grandes desequilíbrios”, Castro vê como grande desafio do País tornar o benefício universal. “Quarenta por cento da população trabalhadora está fora do sistema. É o nosso grande dilema”, apontou.

Tratando do mesmo tema, José dos Santos Pereira, diretor do Instituto de Previdência do Estado do Acre, traçou um panorama geral do sistema previdenciário no Brasil. Abordando os regimes geral, próprio (dos servidores públicos) e complementar, apontou as mudanças ocorridas nas últimas décadas e destacou a dimensão do sistema atualmente. Pelos números de junho último, são atendidos mais de 28 milhões de beneficiários, somando R\$ 20,9 bilhões em pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios diversos.

Mobilização

O evento teve a participação de economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas de todas as regiões do Brasil, que, ao longo dos debates, elaboraram a “Carta de Vitória”. No documento, a entidade propõe um resgate da cidadania, baseada na efetivação dos direitos previstos na Constituição (leia a íntegra: <http://migre.me/5uZeU>). Para Allen Habert, diretor do SEESP e da CNTU e coordenador dos encontros, a confederação “está investindo no debate que visa fazer um país para 200 milhões de brasileiros”.

Saiba mais:

Confira as apresentações no site da CNTU: <http://migre.me/5ve82>



Cerimônia de abertura: os presidentes das federações dos economistas e dos farmacêuticos, Juarez Trevisan e Célia Chaves; o secretário estadual de Saúde do Espírito Santo, José Tadeu Marino; os presidentes da CNTU, das federações dos médicos e dos odontologistas, respectivamente Murilo Pinheiro, Cid Carvalhaes e Welington Mello.

Novidades

Atenção à saúde bucal

Os associados contam com um novo convênio com a Simplan Implante. Trata-se de uma rede de clínicas especializadas em implante e tratamento odontológico, com unidades em Santo André (SP) e na Capital, nos bairros do Jardim Paulista, Moema, Lapa, Santana e Tatuapé. Mais informações pelos telefones (11) 3508-3733, 0800-9400167 e no *site* www.simplanimplante.com.br. Realiza atendimento com desconto de 10% e condi-

ções especiais de pagamento. Além desse, para tratamento de urgência em endodontia, ortodontia, implantodontia e reabilitação oral, outro novo convênio é com a Cavalli Odontologia Especializada. Atende na Rua Marquês de Itu, 95, 2º andar, conjunto D, Vila Buarque, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3337-5361 e 6518-3877 e *e-mail* cavalliodonto@gmail.com. Desconto de 30%.

Ótica em Rio Claro

É possível adquirir prótese ocular sob medida, com desconto de 7% ou pagamento em até cinco vezes, na Ótica Lebre, localizada na Rua 3.855 (esquina com a Avenida 5), no Centro de Rio Claro (SP). Também armações e lentes com garantia de um ano, assistência técnica gratuita para óculos com grau e acessórios. Descontos de 5% a 18%. Mais informações pelo telefone (19) 3524-8410, *e-mail* oticalebre@oticalebre.com.br e no *site* www.oticalebre.com.br.

Nutricionista ao seu alcance

Ana Cristina Thomé Ambrósio realiza orientação nutricional em dois endereços na Capital: Rua Emboaçava, 66, Mooca (telefones (11) 2028-2751/0693); e Rua 24 de Maio, 104, 8º andar, Centro (telefone (11) 9173-3557). Mais informações pelo *e-mail* nutricionista@primordialnutre.com.br e no *site* www.primordialnutri.com.br. Desconto de 27%.

Cursos no CCBEU em Sorocaba

Inglês, espanhol, alemão, além de cursos de informática, gestão empresarial, metrologia e outros podem ser feitos pelos associados ao SEESP no CCBEU (Centro Cultural Brasil Estados Unidos) de Sorocaba, em duas unidades. No Centro, na Rua Cesário Mota, 517; e no Jardim Maria Antônia, na Avenida Itavuvu, 1.083. Mais informações pelos telefones, respectivamente, (15) 3388-1515 e 3327-1905 e no *site* www.ccbeusorocaba.com.br. Desconto de 30%.

Convênios

Prestação de serviço

• **Despachante Cazemim** – Rua Benjamin Constant, 122, 3º, sala 301, Centro, na Capital. Informações pelos telefones (11) 3106-9500 e 3107-2264, *e-mail* cazemim@ig.com.br e no *site* www.cazemim.com.br. Desconto de 20%.

Saúde

• **Cardiologia** – Doutor Sérgio Goldman. Rua Itacema, 396, Itaim Bibi, na Capital. Informações pelos telefones (11) 3078-1324 e 3078-8320, *e-mail* s-goldman@hotmail.com. Desconto de 20%.

• **Nutrição** – Brunna Maria de Mendonça Garcia Reis atende em domicílio, no local de trabalho do cliente ou na Praça Barão de Itaquí, 782, Tatuapé, na Capital. Informações pelos telefones (11) 2297-6559 e 9156-2181, *e-mail* brunna.nutri@yahoo.com.br e no *site* www.nutricentro.com.br. Desconto de 10%.

• **Odontologia** – Doutor Marcelo Silva Catelli. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.355, Jardim Paulistano, na Capital. Informações pelo telefone (11) 3816-6863 e *e-mail* marcacelli@uol.com.br. Desconto de 30%.

• **Psicanálise** – Olga Sueli Corrêa atende adolescente e adulto. Avenida Fagundes Filho, 252, conjunto 155, São Judas, na Capital. Informações pelo telefone (11) 5589-5284 e *e-mail*

Laboratório Dr. Ghelfond

Diagnóstico por imagem, patologia clínica e procedimentos terapêuticos são realizados no laboratório Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico. Unidades na Capital (Angélica e Tatuapé); em São Bernardo do Campo e Osasco. Mais informações pelo telefone (11) 2178-9000, *e-mail* comercial@ghelfond.com.br e no *site* www.ghelfond.com.br. Preço conforme tabela da AMB 92.

olgasuelicorrea@bol.com.br. Desconto de 30%.

• **Psicologia** – Claudete Merola utiliza psicoterapia existencial para adolescente e adulto, ludoterapia à criança e orientação familiar. Rua Dr. Elísio de Castro, 134, Ipiranga, na Capital. Informações pelos telefones (11) 5062-2094/3775. Preço da consulta: R\$ 50,00.

• **Psicologia** – Vanessa Fiore atende criança e adulto com abordagem junguiana e arteterapia. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.616, conjunto 104, Pinheiros, na Capital. Informações pelo telefone (11) 3031-7019, *e-mail* vafiore78@hotmail.com e no *site* www.clinicadepsicologia.com.br. Desconto de 50%.

• **Seneuclim Instituto de Neurologia** – Rua Pedro Fioretti, 346, Centro, Osasco (SP). Informações pelos telefones (11) 3682-3728, 3681-7565 e *e-mail* instituto.neurologia@gmail.com. Desconto de 40%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br





Frente Parlamentar pela Reforma Urbana é lançada na Capital

Em 11 de agosto, foi instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo a Frente Parlamentar pela Reforma Urbana e Cooperação Regional. No ato de lançamento, o SEESP – que participará dos trabalhos no novo espaço – esteve representado por Laerte Conceição Mathias de Oliveira. Vice-presidente da entidade, ele destacou a importância da iniciativa. Seguindo modelo já existente em âmbito nacional, tal visa promover o debate para a integração de ações nas várias instâncias governamentais, de modo a melhorar as condições de vida nas cidades. Entre outros pontos, Oliveira ressaltou seu papel na discussão de questões como o desafio de se implantar a assistência técnica pública e gratuita

Divulgação



Sérgio Zaratín, especialista em planejamento urbano, Laerte Oliveira, os deputados Chico Sardelli (PV), Tricoli e Orlando Bolçone (PSB) e a presidente da Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana, Marilena Nigro.

ao projeto e construção de habitação de interesse social à população de baixa renda no Estado, em consonância com a Lei Federal nº 11.888/08, que dispõe sobre o tema.

Sob a coordenação do deputado Beto Tricoli (PV), a frente é composta por mais 19 parlamentares, tendo ainda outros

como apoiadores. Tratará prioritariamente de cinco temas, a serem abordados em comitês técnicos. São eles: habitação, mobilidade e acessibilidade, saneamento ambiental, planejamento e gestão do solo urbano e cooperação regional. Reunião inaugural estava marcada para dia 17 de agosto.

Oportunidades

Segundo levantamento feito até o dia 11 de agosto, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de 193 vagas, sendo 106 para engenheiros das diversas modalidades, 74 para estudantes e 13 para *trainee*. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o *link* Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.



Campanhas salariais

Cesp – Os engenheiros que trabalham na Cesp, reunidos em assembleias nas sedes da empresa em São Paulo, Porto Primavera, Ilha Solteira e Jupiá no dia 10 de agosto, aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012. Destaca-se reajuste salarial de 8,1% extensível ao auxílio-alimentação. A data-base é 1º de junho.

CDHU – No dia 11 de agosto, o SEESP assinou com a CDHU o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012. Destaca-se reajuste salarial de 6,39% (IPC-Fipe) mais aumento real de 1,51%, totalizando 8%, retroativo a 1º de maio, data-base dos engenheiros na empresa.



EcoSP em nova data

Promovido pelo SEESP e pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), o V EcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo) mudou de data: ocorrerá entre os dias 3 e 5 de novembro próximo. Será sediado no Complexo Parque Anhembi, na Capital paulista. As plenárias técnicas

terão lugar no Auditório Elis Regina e a feira ambiental, no Salão de Exposições (Hall Nobre 3). Mais informações e inscrições pelos telefones (12) 3633-5411, (12) 3633-7371 e (11) 3113-2616, *e-mail* ecovaletaubate@vivax.com.br e no *site* www.ecosp.org.br.

SEESP terá núcleo em São Caetano

Além de sua delegacia sindical no Grande ABC, presidida por Silvana Guarnieri, em breve o SEESP contará com um novo núcleo na região, em São Caetano do Sul. Também sob o comando dessa engenheira, este será inaugurado em 3 de outubro próximo. Estará sediado na Estrada das Lágrimas, nº 1.708.

SEESP SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Associação SEESP tem sempre mais

Engenheiro associado ao SEESP tem sempre mais razões para aproveitar tudo o que a vida pode oferecer. Isso porque o SEESP desenvolve e vem aprimorando um conjunto de benefícios que facilitam a vida do profissional, garantindo o acesso a produtos e serviços com vantagens exclusivas, segurança e economia.

São mais de 300 convênios com empresas e profissionais no Estado de São Paulo (Capital e Interior) em condições muito vantajosas nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, segurança, finanças, descontos para o dia a dia e muito mais.

PLANO DE SAÚDE • CONVÊNIO MÉDICO E ODONTOLÓGICO • FUNDO DE PENSÃO
ASSESSORIA JURÍDICA E PREVIDENCIÁRIA • SEGUROS • CULTURA • EDUCAÇÃO
CONVÊNIO COM ESTACIONAMENTOS • PROGRAMA ENGENHEIRO EMPREENDEDOR • LAZER
CAPACITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL • FACILIDADES TURÍSTICAS • RESTAURANTES

Seja um associado SEESP.
Visite o site de afiliados e confira a relação completa dos benefícios.

(11) 3113.2664
www.seesp.org.br

Rua Geneva, 25 - CEP 01316-901 - São Paulo - SP